

A prisão, hoje em dia, ao invés de ressocializar, de procurar reinserir o condenado na sociedade, na verdade, tem o propósito de estigmatizar, de humilhar. A infração penal não pode ser entendida como um fenômeno isolado e fruto de um ser anormal, mas um acontecimento inerente à sociedade. Daí a Organização das Nações Unidas – ONU ter, na Assembleia geral de 14.12.1990, pela Resolução 45/110, aprovado as Regras Mínimas para as Medidas não Punitivas de Liberdade – As regras de Tóquio.

A ONU tem-se preocupado com o tratamento dados aos presos, provisórios ou não. Perante o Comitê Permanente da América Latina para Revisão das Regras Mínimas da ONU para Tratamento dos Presos, Seminário Internacional, realizado em Buenos Aires - Argentina, de 27 a 29 de abril de 2009, a temática foi a busca de mecanismos garantidores da efetividade das Regras Mínimas da ONU para Tratamento dos Presos, com objetivo de redução de oportunidades aos conflitos e controvérsias na reforma global das prisões.

A pena privativa de liberdade, a prisão, o brutal encarceramento, em prisões infectadas, promíscuas, superpovoadas, *continuam* a ser a dos tempos antigos: a) a mais difundida das penas; b) a mais degradante; c) a mais indigna; d) a mais risível das penas; e) a mais abusiva de direitos humanos na execução da pena (Edmundo Oliveira).

E o que dizer-se do Regime Disciplinar Diferenciado - RDD, consagrado na Lei 10.792, de 1º de dezembro de 2003, em que os presos não falam entre si; todos ficam em celas individuais sem desenhos ou fotos nas paredes, nem as de *borracharia*; o banho de sol é limitado a uma hora por dia; não há atividades recreativas; TV e rádio são proibidos, assim como jornais e revistas. Visitas íntimas nem pensar. Como disse um detento: *Aqui o lugar é horrível, é horrível. É*

o pior lugar que eu já tive na minha vida. Eu estou bem fisicamente. Psicologicamente é que eu estou um bagaço. Esta é que é a verdade. Isso aqui é horrível. Nada se compara com isso aqui. É uma fábrica de fazer maluco, sinceramente. Eu já estou chamando formiga de meu louro.

O RDD lembra as prisões nazistas, as do tempo da ditadura no Brasil, em que para o preso não morrer tinha acompanhamento médico durante as sessões de tortura. *Uma monstruosidade*. E, hoje, um Governo democrático aceita esse tipo de tortura! E a imprensa aplaude!

Num mundo altamente tecnológico, no qual a velocidade da informação avança *na luz do tempo real*, não se pode mais pensar em prisão em termos de masmorras e grades. As grades deverão ser *virtuais*.

A ciência penal tem de valer-se da tecnociência para romper com métodos de vigilância, de encarceramento, que não deram certo, a não ser embrutecer o condenado, torná-lo uma *fera*, um revoltado, para depois devolvê-lo ao convívio social.

Na verdade, a pena de prisão, como diz o Prof. Raúl Zaffaroni, perdeu sua legitimidade.

Para reduzir a massa carcerária, o mundo tem de buscar os ensinamentos da tecnociência, valendo-se do monitoramento eletrônico por telefonia fixa ou celular em rede de fibra ótica, do Sistema de Posicionamento Global – GPS e do *microship*, implantado na camada subcutânea do corpo humano – entre a derme e a epiderme, para vigiar e monitorar os presos. O controle poderá ser total, mais do que nas penitenciárias.

O monitoramento evita as deletérias consequências das prisões, com suas promiscuidades, más condições de higiene. Evita a ociosidade – mente desocupada é fonte de maus pensamentos. Mente desocupada, oficina do diabo.

A falta de vagas faz com que os presos, como é de todos sabido, se amontoem em pequenos espaços, vivendo como animais.

A solução proposta pelo Direito Penal Máximo: prisão, sempre prisão, fracassou há muitos anos. É um

*Juiz do TRF 1ª Região. Membro do Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, da Secretaria Especial dos Humanos da Presidência da República. Membro do Comitê Permanente da América Latina da Fundação Internacional Penal e Penitenciária – FIPP, United Nations for the Treatment of Prisoners, para a reformulação das regras de tratamento a presos no mundo.

Direito que se caracteriza pela excessiva e desnecessária severidade. Direito Penal Mínimo, em que a prisão deve ser decretada em *ultima ratio*, é que deve prevalecer. O Direito Penal mínimo é um processo penal garantista.

A prisão sem grades livra, por outro lado, o estigma do preso e reduz as despesas do Estado.

O monitoramento eletrônico para as penas de curta duração e de final de cumprimento da pena é realizado através de *pulseira* (que pode causar, em razão da exposição, algum estigma), *tornozeleira*, cinto ou de *microship* implantado no corpo (este método pode acarretar o risco de uma *pena invasiva*). Ainda tem-se a utilização do GPS, que permite fiscalizar se o condenado entra em *área de exclusão*, fixada pelo juiz, como parques públicos, escolas, determinadas ruas, enfim, áreas em que o condenado não pode transitar.

Além do monitoramento de vigilância, medidas de assistência sócio-educativas devem ser asseguradas. A comunidade deve ser chamada para ajudar a recuperação do preso.

O monitoramento pode, em algumas hipóteses, vir a substituir, inclusive, a prisão cautelar.

A prisão virtual pode *encarcerar* o condenado em sua própria residência. Prisão domiciliar com monitoramento eletrônico. Aí teremos, no futuro, o fim das penitenciárias. O preso está livre das grades de ferro, mas é prisioneiro, em sua própria casa, uma vez que a liberdade de ir e vir está cerceada, com o controle inclusive das visitas.

É de lembrar-se que não pode, porém, haver uma devassa da intimidade *secreta* do infrator, aquela esfera em que o indivíduo não reparte com ninguém, nem com seus entes mais queridos.

A prisão virtual será a prisão do futuro, de um futuro não muito longe.